

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL SUPERIOR
2015/2016



TIG

**AS INFORMAÇÕES NA CAMPANHA MILITAR DO TEATRO DE
OPERAÇÕES DE MOÇAMBIQUE (1964-1975)**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DOS
SEUS AUTORES, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL
REPUBLICANA.**



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**AS INFORMAÇÕES NA CAMPANHA MILITAR DO
TEATRO DE OPERAÇÕES DE MOÇAMBIQUE
(1964-1975)**

CAPITÃO, CAVALARIA Rute Isabel Areias De Matos (Coordenador)

CAPITÃO, INFANTARIA Pedro Álvaro Flores Da Silva

CAPITÃO, INFANTARIA Nuno Gonçalo Ribeiro Pires

CAPITÃO, ARTILHARIA Hugo José Bação Serrudo

CAPITÃO, TRANSMISSÕES João Daniel Gaiosio Fernandes

Trabalho de Investigação de Grupo do CPOS 2015/2016

Pedrouços – 2016



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**AS INFORMAÇÕES NA CAMPANHA MILITAR DO
TEATRO DE OPERAÇÕES DE MOÇAMBIQUE
(1964-1975)**

CAPITÃO, CAVALARIA Rute Isabel Areias De Matos (Coordenador)
CAPITÃO, INFANTARIA Pedro Álvaro Flores Da Silva
CAPITÃO, INFANTARIA Nuno Gonçalo Ribeiro Pires
CAPITÃO, ARTILHARIA Hugo José Bação Serrudo
CAPITÃO, TRANSMISSÕES João Daniel Gaiosso Fernandes

Trabalho de Investigação de Grupo do CPOS 2015/2016

Orientador: MAJOR, INFANTARIA Fernando César de Oliveira Ribeiro

Pedrouços – 2016



Declaração de compromisso Anti-plágio

Nós, **Rute Isabel Areias de Matos, Pedro Álvaro Flores da Silva, João Daniel Gaioso Fernandes, Hugo José Bação Serrudo e Nuno Gonçalo Ribeiro Pires**, declaramos por nossa honra que o documento intitulado “**As Informações na campanha militar do Teatro de Operações de Moçambique (1964-1975)**” corresponde ao resultado da investigação por nós desenvolvida enquanto auditores do Curso de Promoção a Oficial Superior de 2015/2016 no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Temos consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, **08 de Julho de 2016**

Rute Isabel A. de Matos

Pedro Álvaro F. da Silva

João Daniel G. Fernandes

Hugo José B. Serrudo

Nuno Gonçalo R. Pires



Agradecimentos

Gostaríamos de afirmar, inquestionavelmente, que o presente trabalho teria ficado muito aquém das expectativas sem o inestimável contributo do Exmo. Coronel de Infantaria Manuel José Marques Ribeiro de Faria, cuja incondicional disponibilidade e amabilidade foi para nós um verdadeiro exemplo a seguir. Como tal expressamos o nosso mais sincero obrigado.

Em segundo lugar gostaríamos de agradecer a assistência prestada e o constante empenhamento como nosso orientador, Major de Infantaria Fernando César de Oliveira Ribeiro, cuja distância geográfica por motivos profissionais, não o impediu de marcar a sua presença e pautar a sua tutoria perante o nosso grupo de trabalho, e cuja prestação editorial foi essencial para a conceção deste trabalho.

Às colaboradoras da biblioteca do IUM, que pela sua prontidão e disponibilidade que em muito contribuiu para a elaboração do presente trabalho de investigação.



Índice

Introdução	10
1. Enquadramento Doutrinário	13
2. Organização do Sistema de Informações no Teatro de Operações de Moçambique entre 1964-1975	18
2.1. Organização dos Sistema de Informações - SCCIM	19
2.2. Organização dos Sistema de Informações – PIDE/DGS	21
2.3. Organização dos Sistema de Informações – SIM	23
3. Meios de obtenção e Informações	25
4. Importância do Sistema de Informações e Contra-Informações das Forças da FRELIMO no desenrolar das Operações ZETA e NÓ GÓRDIO das Forças Portuguesas	29
4.1. O território e a população	29
4.2. O adversário	31
4.3. A Operação ZETA	33
4.4. Operação NÓ GÓRDIO	35
Conclusões	38
Bibliografia	42



Índice de Anexos

Anexo A —	Entrevista ao Exmº Coronel de Infantaria Manuel José Marques Ribeiro de Faria.....	1
-----------	--	---



Índice de Figuras

Figura 1 – Ciclo de Produção de Informação de acordo com PDE 2.00	16
Figura 2 – Ciclo de Produção de Informação de acordo com Regulamento e Campanha 1954.....	16
Figura 3 – Ciclo de Produção de Informação de acordo com Regulamento 1966	16
Figura 4 – Estruturas consentidas no âmbito das Informações Estratégicas durante a Guerra do Ultramar	18
Figura 5 – Estruturas no âmbito das Informações durante a Guerra do Ultramar.....	19
Figura 6 – Organização dos SCCIM.....	20
Figura 7 – Delegações Distritais dos SCCIM.....	20
Figura 8 – Dependência Administrativa dos SCCIM.....	21
Figura 9 – Subdelegações da PIDE/DGS da Delegação de Moçambique.....	22
Figura 10 – Organização da PIDE/DGS no período da Guerra do Ultramar	22
Figura 11 – Estrutura das Informações Militares em Moçambique no período da Guerra do Ultramar	24
Figura 12 – Mapa Administrativo de Moçambique	30
Figura 13 – Operação ZETA	34
Figura 14 – Operação NÓ GÓRDIO	36



Resumo

No período compreendido entre 1964 e 1975, Portugal encontrava-se envolvido em três Teatros de Operações distintos, perante combates face a uma ameaça assimétrica com características semelhantes. A ameaça que se opunha aos militares Portugueses afirmava-se, essencialmente, pela sua característica distinta de atuação: a subversão.

O presente trabalho foi desenvolvido no âmbito do Curso de Promoção a Oficial Superior 2015/2016, com o intuito de analisar de forma mais específica o Teatro de Operações de Moçambique, no concernente à Função de Combate Informações. Para tal, foi utilizado o raciocínio indutivo para a sua consecução.

O Teatro de Operações de Moçambique, dadas as suas características específicas de elevada extensão territorial, linhas de comunicação extensas e degradadas, e heterogeneidade étnica local, reunia diversas dificuldades nas ações de contrassubversão e combate à ameaça que se opunha às forças militares portuguesas.

Da análise efetuada, verificámos que as Informações assumiam um papel fundamental na condução das operações. Embora que para tal tenha havido recorrentes adaptações aos conceitos doutrinários, nomeadamente no recurso expedito de recolha de informação junto da população, o sucesso das operações encontrava-se intimamente ligado ao acesso útil e atempado de informações sobre a ameaça, antevendo as suas ações. Permitindo assim ao Comandante, a oportunidade de adotar a decisão mais ponderada sobre as situações vividas.

Palavras-chave

Guerra de África, Moçambique, Informações, Subversão.



Abstract

Between 1964 and 1975, Portugal was involved in three different theaters of operations, fighting against an asymmetric threat with similar characteristics. That threat, which opposed the Portuguese military forces, was known for its distinctive courses of action: the subversion.

This essay was developed during the Superior Officers Promotion Course 2015/2016, in order to examine more specifically the Operations Theater of Mozambique, regarding the role of Intelligence. To do that, it was used inductive method to its development.

Mozambique's Operations Theatre, given its specific characteristics of high territorial extension, extensive and degraded communication lines, and local ethnic heterogeneity, met many difficulties in counterinsurgency actions for fighting the threat which opposed the Portuguese military forces.

Due to the submitted analysis, we found that the intelligence assumed a key role in the guidance of operations. Although for this achievement, it has been necessary some adjustments to doctrinal concepts, particularly in the expeditious information collection from the local population. The success of operations met, is closely linked to the useful and timely access to information about the threat, anticipating the opponents actions, and allowing the military Commander, the single opportunity to adopt a more considered decision on the experienced situations.

Keywords

Africa War, Mozambique, Intelligence, Subversion.



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

CEM – Chefe de Estado-Maior

CMSM – Campo Militar de Santa Margarida

CPI – Ciclo de Produção de Informação

GE – Grupos Especiais

HUMINT – *Human Intelligence*

IAEM – Instituto de Altos Estudos Militares

IESM – Instituto de Estudos Superiores Militares

IUM – Instituto Universitário Militar

IMINT – *Imagery Intelligence*

In – Inimigo

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PDE – Publicação Doutrinária do Exército

PERINTREP – Relatório Periódico de Informações

PIDE/DGS – Polícia Internacional e de Defesa do Estado/Direção Geral de Segurança

PSP – Polícia de Segurança Pública

QG – Quartel-General

RELIM – Relatório Imediato

RVIS – Reconhecimento Visual da Informação Sistemática

SCCI – Serviços de Centralização e Coordenação de Informações

SCCIM – Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique

SIGINT – *Signals Intelligence*

SIM – Serviço de Informações Militares

SITREP – Relatório de Situação

SRT – Serviço de Reconhecimento das Transmissões

SUPINTREP – Relatório Suplementar de Informações

TE – Tropas Especiais

TO – Teatro de Operações



Introdução

A função de combate informações é um conjunto de tarefas e sistemas que facilitam a compreensão dos comandantes sobre as variáveis de missão¹, fundamentais para tomar decisões durante o seu planeamento. Todos os Comandantes precisam de informações para decidir, oportunamente, qual é a melhor maneira de cumprir as diversas missões que lhe são atribuídas, orientando os mais variados sensores de aquisição de informação à sua disposição, consoante as suas necessidades de informação.

Segundo a PDE 03-00 Operações, “o total conhecimento do atual ambiente operacional em que decorrem as campanhas militares constitui um elemento fundamental para o emprego dos meios disponíveis” (EME, 2012, p. 1-1), ou seja, o conhecimento do ambiente operacional através da recolha de informações é um dos grandes determinantes do sucesso de uma operação.

Esta recolha de informações e o posterior trabalho sobre elas, assim como a transmissão da informação certa aos comandantes certos no tempo certo, vai contribuir para “a compreensão do ambiente operacional, inimigo, terreno e considerações de âmbito civil” (EME, 2012, p. 2-29), utilizando para isso tarefas e sistemas que compõem a função de combate informações.

De acordo com a doutrina atual é importante para uma boa tomada de decisão que, quem planeia uma operação, tenha os necessários conhecimentos referentes às características e tipologia do ambiente onde irá cumprir as missões que lhe são atribuídas, bem como informações relativas às forças que se lhe opõem.

Entre 1964 e 1975, no Teatro de Operações (TO) de Moçambique, Portugal esteve envolvido numa guerra subversiva. Já neste período se fazia sentir a necessidade de se possuir informações e um sistema de informações capaz de apoiar o comandante na sua tomada de decisão. De acordo com o guia para o emprego tático das pequenas unidades na contra guerrilha, de 1961, “Conduzir operações de contra-guerrilha sem informação e contra-informação seguras constitui um desperdício de tempo, de material e de esforço das tropas” (EME, 1961, p. 43).

Sendo as necessidades de informação neste tipo de conflito diferentes das de uma guerra convencional, desde cedo se considerou que neste tipo de luta a informação “assume excepcional relevância, em virtude do carácter clandestino do inimigo, da forma

¹ MITM-TC: Missão, Inimigo, Terreno e condições meteorológicas, Meios, Tempo disponível e Considerações de natureza civil.



de actuar das suas forças e da necessidade de um conhecimento profundo da população” (EME, 1963, p.1). Este facto advém da necessidade imperial de “conhecer a localização dos grupos de guerrilha e antecipar as suas operações ou atacá-los de surpresa” (PINTO M., 1995, p. 471).

Em conformidade com a franca relevância que as informações mostram ter para o planeamento de operações, o presente trabalho foi desenvolvido no âmbito do Curso de Promoção a Oficial Superior 2015/2016, com o intuito de analisar o TO de Moçambique, no referente à Função de Combate Informações no período entre 1964 e 1975.

Para a elaboração deste trabalho foram tidos como objetivos específicos: a análise da organização doutrinária da época com as atuais atividades e sistemas da Função de Combate Informações; a análise da organização e fluxos do sistema de informações e os ajustamentos que foram sendo introduzidos com o decorrer da guerra; a articulação entre as informações estratégicas e táticas; e o impacto do sistema de informações no desenrolar das operações.

A recolha de dados realizou-se, essencialmente, através da consulta de documentos e estudos históricos, de autores nacionais e internacionais, e com base numa entrevista a um Oficial do Exército, que desempenhou funções no âmbito das informações no TO de Moçambique entre 1974-1975.

A investigação foi efetuada tendo por base a metodologia científica proposta por Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt na obra *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (1995), adotada pelo Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), agora Instituto Universitário Militar (IUM).

Para a elaboração deste trabalho foi tida em consideração uma pergunta de partida e três perguntas derivadas.

Pergunta de partida: Qual o contributo do sistema de informações no Teatro de Operações de Moçambique, no período de 1964 a 1975, para o processo de planeamento tático?

Perguntas derivadas:

PD 1 – Qual a organização do sistema de informações no período de 1964 a 1975, no Teatro de Operações de Moçambique?

PD 2 – Quais os meios de obtenção de informações utilizados pelos portugueses?



PD 3 – Qual a importância do sistema de informações e contrainformações das forças opositoras na obtenção de informações, planeamento e no desenrolar de operações das forças portuguesas?

O trabalho está organizado em quatro capítulos para além da introdução e conclusão:

- No 1º capítulo efetuámos um enquadramento teórico, analisando a doutrina existente no período de 1964 a 1975, comparando-a com a que se encontra atualmente em vigor.
- No 2º capítulo, considerámos qual a organização do Sistema de Informações no Teatro de Operações de Moçambique no período de 1964 a 1975.
- No 3º capítulo procurámos saber quais os meios de obtenção de informações utilizados.
- No 4º capítulo, analisámos de que modo é que a recolha de Informações e as ações de contrainformação das forças opositoras influenciaram o desfecho de duas operações de larga escala (Operação Zeta e Operação Nó Górdio) realizadas pelas Forças Portuguesas.



1. Enquadramento Doutrinário

Com a experiência adquirida nos diversos conflitos mundiais, os conceitos evoluem. Este fator reflete-se em termos de doutrina, em que não são exceção os conceitos relacionados com a atual Função de Combate Informações. Neste capítulo serão abordados conceitos da atual doutrina, bem como conceitos da doutrina que vigorou durante o período da Guerra Ultramarina, de forma a realizarmos uma comparação entre a doutrina que vigora hoje, e a vigente na época, facilitando a compreensão de conceitos que irão ser utilizados ao longo do trabalho.

Surge-nos desde já a necessidade de esclarecer alguns conceitos doutrinários, relacionados com as matérias que iremos abordar neste trabalho. Existe também a necessidade de comparar os referidos conceitos do modo como eram considerados durante o período objeto de estudo, comparando-os com a atualidade.

Assim sendo, tem-se que os serviços de informações destinam-se a obter, analisar e interpretar todos os dados que permitem o conhecimento da área onde se vão desenrolar as operações, o meio ambiente que a rodeia e as forças que se nos opõem, bem como difundir as ilações retiradas e distribuí-las a quem delas necessita para um planeamento conveniente das missões que lhe são atribuídas.

Sendo o presente trabalho relacionado com a Função de Combate Informações, existe assim a necessidade de esclarecer o seu significado, preconizado na Publicação Doutrinária do Exército (PDE) – 3.00 “Operações” como sendo o conjunto de “sistemas e tarefas que facilitam a compreensão do ambiente operacional, inimigo e considerações do âmbito civil”. Este sistema constitui-se como um processo contínuo e orientado consoante as necessidades de informação que o Comandante tem para o seu planeamento (EME, 2012, p. 2-29).

Com a fundação da Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN) em 1949, da qual Portugal é país membro fundador, a doutrina, a organização, o equipamento e as técnicas militares em Portugal sofreram várias transformações (CARDOSO, 2004, p.111). Assim sendo, em 27 de Abril de 1954, foi então aprovado o Regulamento de Campanha Informações, onde é definida como Informação Militar todo o “conhecimento adquirido através da pesquisa, estudo e interpretação de todos os elementos do Inimigo atual ou provável, bem como da zona de operações que incluem o terreno e as condições atmosféricas” (EME, 1954, p. 2). Posteriormente, em 1966, foi publicado um novo Regulamento de Campanha – Informações, que procedeu a algumas alterações,



nomeadamente na definição de Informação Militar, passando a ser considerada como o “conjunto de actividades que tem por finalidade o conhecimento do Inimigo provável e actual bem como da área de operações, obtido através da pesquisa, estudo e interpretação de notícias” (EME, 1966, pp. I-1).

Como tal, não obstante o facto de ter passado a ser um conjunto de sistemas, podemos concluir que se encontra atual o entendimento sobre o significado da função de combate Informações, não tendo sofrido alterações significativas aos parâmetros da época em estudo e continuando a ter a mesma finalidade.

À luz da doutrina atual, de acordo com a PDE – 2.00 – Informações, Contra-Informação e Segurança, a Informação Militar compreende três níveis: a Informação Estratégica, a Informação Operacional e a Informação Tática.

Sendo a Informação Estratégica as “informações necessárias à formulação de planos políticos e militares, a nível nacional e internacional.” (EME, 2009, p. 1-6), a Informação Operacional as “informações necessárias para o planeamento e conduta de campanhas ao nível operacional.” (EME, 2009, p. 1-6) e a Informação Tática como sendo as “informações necessárias ao planeamento e conduta de operações táticas.” (EME, 2009, p. 1-7).

Já o Regulamento de 1954 previa apenas dois níveis, a Informação Estratégica que “dizia respeito às possibilidades, vulnerabilidades e prováveis linha de ação das nações estrangeiras, destinando-se a ser explorada pelos altos comandos a quem compete o levantamento das medidas de segurança nacional em tempo de paz e a conduta das operações militares em tempo de guerra” (EME, 1954, p. 4) e a Informação Tática destinava-se “especificamente a determinada situação de combate e era considerada como elemento básico em qualquer decisão, reduzindo ao mínimo as incertezas face ao Inimigo, condições atmosféricas e terreno, bem como auxiliar na aplicação de medidas de segurança e contra-informação que visam negar ao Inimigo informações das nossas intenções, e neutralizar as suas atividades de informações” (EME, 1954, p. 4). Mas estes níveis “deverão estar intimamente relacionados, uma vez que informações obtidas a nível Tático poderão ter utilidade a nível Estratégico e vice-versa.” (EME, 1954, p. 4). Esta distinção foi transcrita de igual modo para o Regulamento de 1966.

Verificamos então que, no período em estudo, Portugal, por pertencer à OTAN e provavelmente partilhar a sua doutrina, não considerava o nível Operacional da guerra.



Esta lacuna, por um lado, obrigava a que os Sistemas de Informações tivessem um esforço extra a fim de refinar o tratamento das Informações Militares, de um dos níveis para o outro, a fim de que o Comandante que delas necessite as tenha ao seu dispor no período de tempo adequado.

Por outro lado, os Comandantes, para tomarem as decisões atempadamente e planearem as operações o melhor possível, não precisavam de aguardar a chegada da informação, podendo efetuar requisitos de informação. Atualmente, o PDE 2.00 define estes requisitos de Informações, sobre o Inimigo, o meio que envolve a Área de Operações e até mesmo as Nossas Forças, a que designamos atualmente as Variáveis de Missão MITM-TC. Estes requisitos são “As questões às quais ele precisa de responder” e que “dão origem às Necessidades de Informação Crítica do Comandante (CCIR - *Commander's Critical Information Requirements*).” (EME, 2009, p. 1-4). Por sua vez, “As CCIR compreendem as Necessidades Prioritárias de Informações (PIR - *Priority Intelligence Requirements*) e as Necessidades de Informação sobre Forças Amigas (FFIR - *Friendly Forces Information Requirements*).” (EME, 2009, p. 1-5). As CCIR podem também incluir o Tempo de Validade da Informação (LTIOV - *Latest Time Information Of Value*) para orientar o tempo de pesquisa. “Os Elementos Essenciais de Informação das Forças Amigas (EEFI - *Essencial Elements of Friendly Information*) são prioridades do Comandante sempre que ele o declare.” (EME, 2009, p. 1-5), sendo que estas são informações respeitantes às nossas forças, que o Comandante não quer que o Inimigo tenha conhecimento.

Neste caso deveremos ter em consideração outra faceta dos Serviços de Informação na época da Guerra do Ultramar em que, segundo a Comissão para o Estudo das Campanhas de África (CECA), é sua competência “estudar e adoptar medidas de segurança que visem opor-se a iguais propósitos dos serviços de informações das forças adversárias” (EME, 2006, p. 185). Esta capacidade é designada por Contra-Informação.

O Ciclo da Produção da Informação (CPI) está definido na PDE - 2.00, dividindo-se em 4 fases: Orientação do esforço de pesquisa, Pesquisa, Processamento e Disseminação. O CPI é um processo sequencial interligado com o processo de decisão militar, de forma a permitir o fornecimento das informações atempadamente, a fim de facilitar a decisão mais adequada, para o desenrolar das operações (EME, 2009, p. 3-1), e encontra-se representado na figura 1.

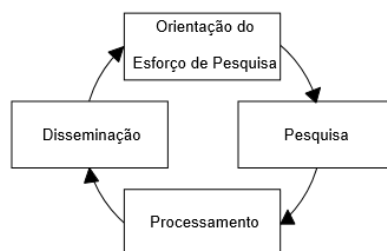


Figura 1 – Ciclo de Produção de Informação de acordo com PDE 2.00

Fonte: (GOMES F. , 1979)

O Regulamento de Campanha Informações de 1954 estruturava o CPI também em quatro etapas: Pesquisa de notícias; Estudo e interpretação das notícias; Exploração ou emprego das informações resultantes e Orientação do esforço de pesquisa (EME, 1954, p. 15).

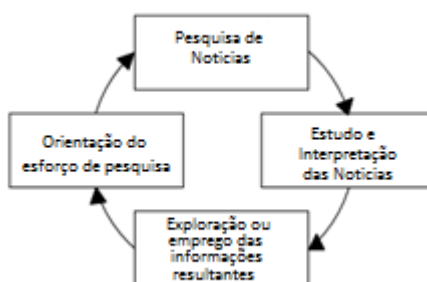


Figura 2 – Ciclo de Produção de Informação de acordo com Regulamento e Campanha 1954

Fonte: (Autores, 2016)

Por sua vez, o Regulamento de 1966 altera a sequência destas 4 etapas, definindo: Orientação do esforço de pesquisa, Pesquisa de notícias, Processamento de notícias e exploração das informações resultantes (EME, 1966, p. III-1).

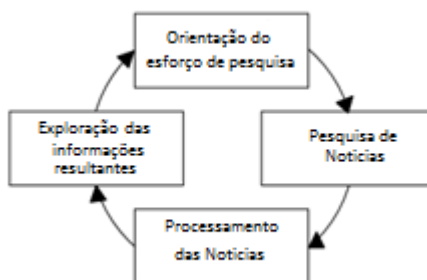


Figura 3 – Ciclo de Produção de Informação de acordo com Regulamento 1966

Fonte: (Autores, 2016)



Este CPI foi-se mantendo idêntico ao longo dos tempos tendo como principal objetivo a estruturação de um processo sequencial e cíclico, cujo objetivo é a geração de informação, o mais rapidamente possível, para que o Comandante a consiga utilizar atempadamente, de forma a tomar a melhor decisão sobre um determinado assunto num determinado momento.

O PDE 2.00 define também “informação ou informações (*intelligence*)” como sendo “o produto resultante do processamento de notícias respeitantes a nações estrangeiras, organizações ou elementos, reais ou potencialmente hostis, ou áreas de operações actuais ou potenciais. O termo também se aplica às atividades que visam obter o resultado final e bem assim às organizações empenhadas em tais atividades. Entende-se, também, por informação os elementos que contribuem para o conhecimento do inimigo provável ou actual e da área de operações.” (EME, 2009, p. 1-6)

A CECA refere que “O aumento da necessidade de conhecimentos teve reflexos marcantes, não só no campo da Informação como ainda no da Contra-Informação.” e “a informação exclusivamente militar é, pois insuficiente.”, sendo “necessárias informações dos outros campos.” (EME, 2006, p. 185) Sendo assim, podemos concluir desde já que existia a necessidade de um Serviço de Informações centralizado, que trabalhasse todos estes diferentes campos.

A disciplina de HUMINT, de acordo com o PDE – 2.00 “é a informação obtida de notícias fornecidas por origens humanas. É a recolha de informação, que satisfaça os requisitos de informação definidos superiormente, através da interação entre especialistas de Informação Humana e fontes humanas presentes no Teatro de Operações.” (EME, 2009, p. 2-2)



2. Organização do Sistema de Informações no Teatro de Operações de Moçambique entre 1964-1975

No período da guerra do Ultramar, Portugal possui estruturas governamentais que tratavam das informações estratégicas, como descrito na figura 4. Todas estas estruturas trabalhavam num espírito cooperativo entre si, sendo a Polícia Internacional e de Defesa do Estado / Direção Geral de Segurança (PIDE/DGS) a entidade que centralizava a informação, apesar de não ter atribuída essa incumbência. Na verdade, não existia nenhuma estrutura que tinha como missão a centralização das informações a este nível. (CARDOSO, 2004) e (FARIA, 2016)

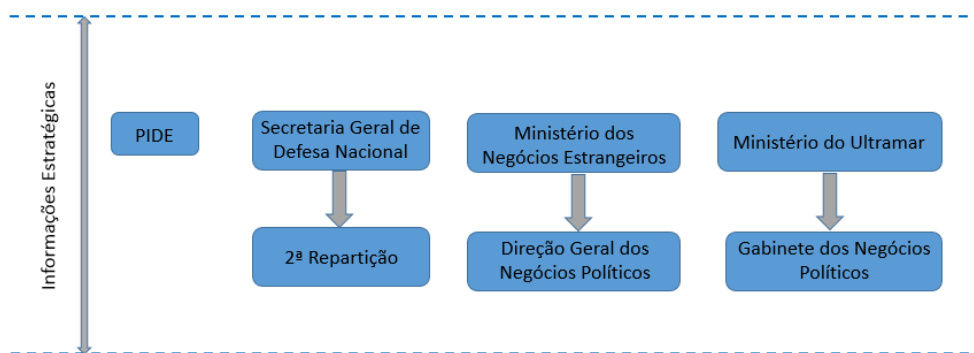


Figura 4 – Estruturas consentidas no âmbito das Informações Estratégicas durante a Guerra do Ultramar

Fonte: (Autores, 2016)

Ao nível das províncias ultramarinas, os serviços que trabalhavam as Informações, necessitavam de uma hierarquia que centralizasse e coordenasse toda a informação de forma a completar e maximizar o CIP. Em Moçambique não era exceção, tendo no seu território vários Serviços de Informações que chegavam em algumas situações até a entrar em competição pelas informações. (GARCIA, 2004, p. 235)

Em 1965 foram estabelecidas "Normas Gerais para a Atividade da Informação" na província de Moçambique, referentes aos três Serviços de Informação: a PIDE/DGS, o Serviço de Informações Militares (SIM) e os Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique (SCCIM).

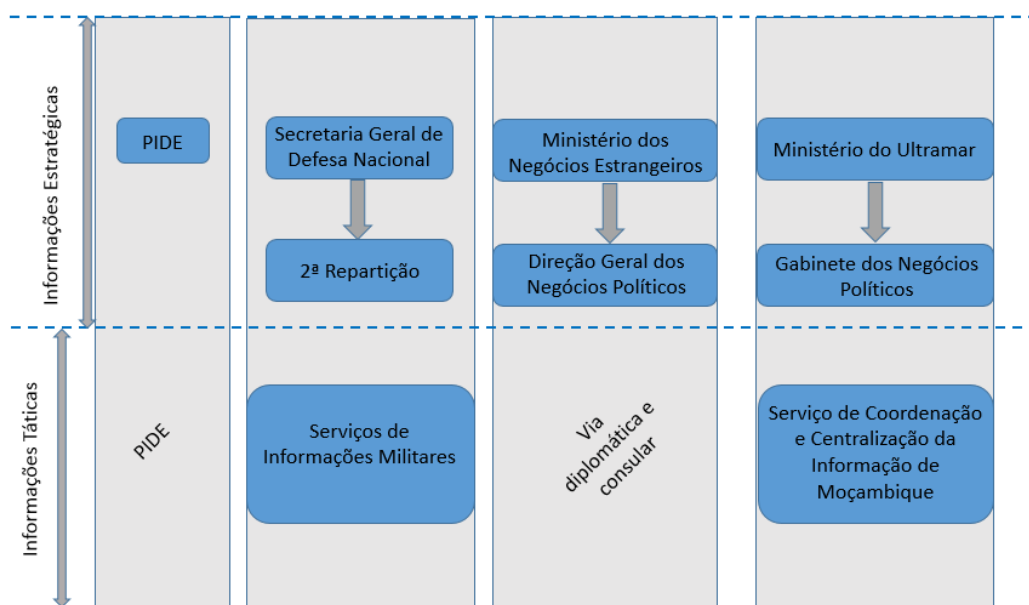


Figura 5 – Estruturas no âmbito das Informações durante a Guerra do Ultramar

Fonte: (Autores, 2016)

2.1. Organização dos Sistema de Informações - SCCIM

Os SCCIM foram criados em 1961, no âmbito do Ministério do Ultramar, com a finalidade de controlar e coordenar as informações relativas à política, à administração e à defesa de Moçambique. A informação estratégica em Portugal, vital para a condução política e para o comando das forças nos termos das operações em África, passou a fazer-se através dos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações, existentes em cada uma das colónias, com a missão de reunir, estudar e difundir as informações de interesse à política, à Administração e defesa destas, bem como prestar o apoio necessário ao Governo.

Os serviços de centralização e coordenação de informações militares eram autónomos, dependiam hierárquica e administrativamente do Governador-geral de Moçambique, sendo dirigidos por um funcionário, civil ou militar, nomeado em comissão pelo Ministro do Ultramar, de entre indivíduos com um curso superior, que tivesse revelado qualidades para o exercício do cargo.

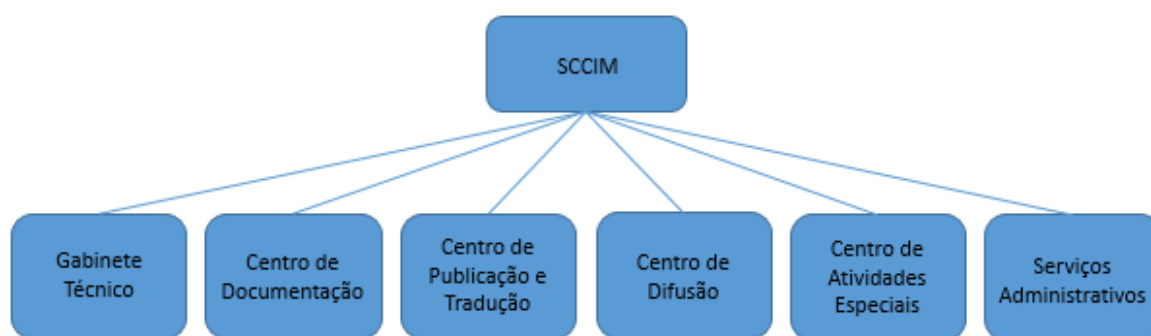


Figura 6 – Organização dos SCCIM

Fonte: (Autores, 2016)



Figura 7 – Delegações Distritais dos SCCIM

Fonte: (Autores, 2016)

A partir de 1963, os SCCIM, embora se mantivessem na dependência hierárquica e administrativa dos governadores das províncias, passaram a funcionar como serviço de informação dos comandantes-chefes das Forças Armadas. Os governadores-gerais e os comandantes-chefes das Forças Armadas recebiam também informações das comissões provinciais e distritais de informações. Na mesma data, estava a ser estudada uma rede que abrangeria os territórios da Niassalândia e da Rodésia do Norte.

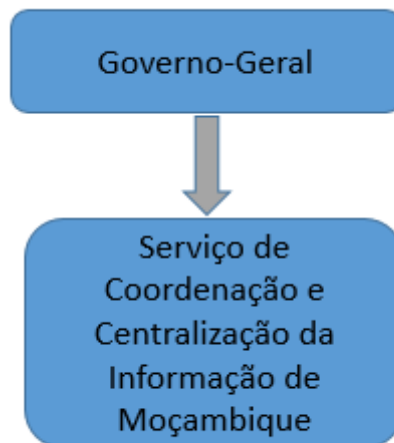


Figura 8 – Dependência Administrativa dos SCCIM

Fonte: (Autores, 2016)

Segundo as referidas "Normas Gerais para a Atividade da Informação" de 1965, competia aos SCCIM, a orientação, coordenação das investigações consideradas indispensáveis para afastar as populações do "estado de subversão" em que se encontravam.

Durante o período da guerra do Ultramar, as Forças Armadas portuguesas não dispuseram de verdadeiro e estruturado serviço de informações, com unidades de tamanho significativo, especificamente dedicadas a essa atividade. Por isso, faziam sobretudo recolha de elementos através das unidades operacionais, tratando e analisando documentos, notícias, interrogatórios a prisioneiros, e escutas de rádio com interesse para as operações. (FARIA, 2016)

Apesar da existência dos SCCIM, com objetivos claros de melhor articular o trânsito da informação, para que esta chegasse atempadamente aos destinatários que dela necessitassem, nunca conseguiram fazer-se aceitar perante as Forças Militares ou mesmo a PIDE. (GARCIA, 2004, p. 239)

2.2. Organização dos Sistema de Informações – PIDE/DGS

A PIDE/DGS foi criada em 1945 e extinta em 1969, tendo sido substituída, nesse ano, pela Direção Geral de Segurança até 25 de Abril de 1974.

A utilização de agentes infiltrados para a aquisição de informações relevantes é imprescindível em qualquer conflito para o melhor conhecimento do Inimigo. O *modus*



operandi da PIDE/DGS era a exatamente a infiltração elementos na organização subversiva.



Figura 9 – Subdelegações da PIDE/DGS da Delegação de Moçambique

Fonte: (Autores, 2016)

As forças militarizadas e a PIDE/DGS em Moçambique faziam chegar à Metrópole as informações que eram centralizadas e coordenadas no Ministério do Interior.

Existia uma estreita colaboração entre a PIDE/DGS e a PSP com os SIM. (FARIA, 2016)

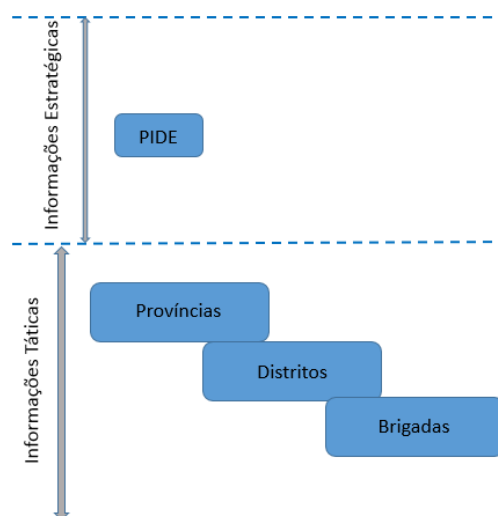


Figura 10 – Organização da PIDE/DGS no período da Guerra do Ultramar

Fonte: (Autores, 2016)



As “Normas Gerais para a Atividade de Informação na Província de Moçambique” estabeleciam o tipo de relação que deveria existir entre as entidades civis e militares. Ao Governador-Geral competia fixar as normas para as atividades de informação e determinar as medidas necessárias para a melhoria do sistema. Ao Comandante-Chefe competia a coordenação do SIM. (GARCIA, 2004, p. 239)

A PIDE/DGS era utilizada em assuntos e áreas específicas com interesses militares, estando organizada por províncias em Moçambique. Tinha algumas limitações no processamento e tratamento das Informações. Proveniente da sua estreita ligação com o Poder Político da Metrópole, tinha muitas dificuldades em aceitar o poder local.

2.3. Organização dos Sistema de Informações – SIM

O Secretariado-Geral da Defesa Nacional centralizava e coordenava todas as informações recolhidas ao nível tático pelos Serviços de Informações Militares.

Desde 1964 que todas as bases das unidades do Serviço de Informações Militares em território Moçambicano se encontravam estabelecidas e operacionais. De facto, segundo Proença Garcia, as informações militares em Moçambique estavam originalmente inscritas no terreno na estrutura do Serviço de Informações, para que o rendimento fosse apreciável em tempo de paz, mas com o início da terceira fase da subversão e devido às características e aspetos particulares deste TO e do In, este serviço teve uma grande necessidade de se adaptar em algumas áreas. (GARCIA, 2004)

De acordo com o relatório anual de Comando da Região Militar de Moçambique, datado de 1964, esta adaptação necessária espelhava-se na existência de fatores negativos para a obtenção de rendimentos otimizados, nomeadamente na extensão das áreas de pesquisa, na dispersão das populações e nas poucas vias de comunicação a Norte e Centro, na dificuldade na transmissão oportuna de factos com interesse, no insuficiente rendimento da exploração local e processamento das notícias e no insuficiente número de Oficiais habilitados na área das informações existentes na Região Militar de Moçambique, o que consistia num grande entrave para o planeamento e previsão.

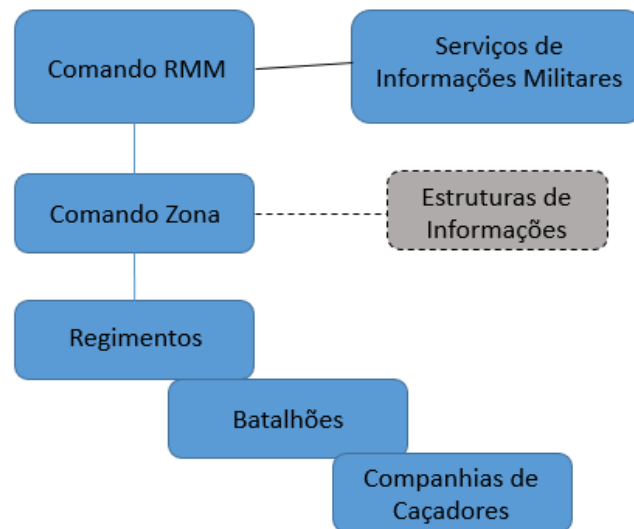


Figura 11 – Estrutura das Informações Militares em Moçambique no período da Guerra do Ultramar

Fonte: (Autores, 2016)

Este último fator era bem explícito nas Companhias de Caçadores, que sendo as unidades que recolhiam o maior número de informações ao nível tático, não contemplava em quadro orgânico (QO) nenhum militar com habilitação ou sensibilidade especial para tal. Estes apenas ao nível do Comando da Zona estavam previstos em QO. (www.guerracolonial.org) e (FARIA, 2016)

De acordo com o depoimento do Major-General Renato Marques Pinto, citado por Proença Garcia, os batalhões laboravam com base na pesquisa efetuada pelas unidades operacionais, que realizavam diversos tipos de operações de informação. Normalmente utilizavam métodos HUMINT, IMINT, COMINT, exploração de elementos informadores, documentação e equipamento apreendidos, interrogatório de prisioneiros, depoimentos de apresentados, reconhecimento aéreo e do terreno e escuta de rádio, entre outras, sendo a melhor fonte o contato com o adversário e o pessoal capturado que era logo explorado a nível de escalão de companhia. (GARCIA, 2004, p. 238)



3. Meios de obtenção e Informações

“Intelligence is the necessary key to success in military operations”. (KEEGAN, 2003, p. 27)

Se em qualquer tipo de conflito bélico o trabalho das informações é indispensável, na contrainsurreição é particularmente vital. A informação impele o planeamento e a conduta das operações, pelo que Portugal desenvolveu esforços para criar um eficiente aparelho informativo, político e militar, alicerçado em agentes e informadores (essencialmente provenientes da população local), polícia e patrulhas de reconhecimento (aéreas e terrestres).

“Localizar e destruir os insurretos requeria uma boa rede de informações. Era necessária informação sobre os seus líderes políticos, o seu comando militar, as suas forças no terreno, as suas fontes de apoio internas e externas e os seus planos e intenções.” (CANN, 1998, p. 151)

Portugal foi forçado a resolver este quebra-cabeças e a obtenção destas informações era, essencialmente, através dos relatórios das patrulhas apeadas, reconhecimento aéreo, interrogatórios a guerrilheiros capturados ou rendidos, documentos e equipamento confiscados e informadores ou agentes pagos, essencialmente provenientes da população local, principal fonte de informações. Cada uma destas fontes teve a sua importância na resolução do puzzle da informação, pois devido à indefinição operacional dos guerrilheiros, era importante que a informação de uma consolidasse a da outra, de modo a produzir uma imagem fidedigna e o mais exata possível.

As patrulhas apeadas ou reconhecimento no terreno era o método básico, mas de difícil execução, abordagem e foco, pela vastidão do território de Moçambique. As patrulhas feitas, quer pelos pelotões de reconhecimento que procuravam informações sobre o inimigo, quer por grupos regulares de combate que obtinham informações no decorrer de outras missões, demonstraram ser as fontes mais valiosas e produtivas. (COSTA, 1991, p. 149)

Segundo José de Moura Calheiros, “as patrulhas de infantaria nem sempre tinham um objetivo definido e quando saíam para ciclos operacionais de 30 a 90 dias procuravam de forma geral detetar acampamentos dissimulados na mata e recolher informações, em especial através de prisioneiros.” (CALHEIROS, 2011, p.85)

Os Pelotões de Reconhecimento (um oficial, três sargentos e 25 praças) estavam equipados com viaturas ligeiras e rádios, para lhes garantir a mobilidade necessária e



trabalhavam diretamente para a Secção de Operações e Informações dos Batalhões. Poderiam ainda ser utilizados helicópteros para reconhecimento específicos. A tática consistia em estabelecer e manter o contacto com o inimigo, muitas vezes deduzindo informações dos indícios deixados, como: há quanto tempo o acampamento fora abandonado, o número de homens nessa força, etc. Também o tipo, condição e origem do armamento identificava o grupo insurreto e quem o patrocinava.

“A população representava uma fonte-chave de informação e era na verdade o campo de batalha primordial ou, em termos Clausewitzianos, o «centro de gravidade» de uma insurreição.” (CANN, 1998, p. 157)

“Não conseguiríamos apoiar a nossa máquina militar sem informação, e não seria possível conseguir essa informação sem o apoio da população (...)” (CRAWFORD, 1958, p.180)

Este ponto de vista é partilhado por quem efetivamente esteve em operações no terreno: “A população é um meio muito eficiente de arranjar informações. E é importante saber e conhecer a língua nativa, porque no interior de Moçambique havia muitos que não falavam Português. A população local é o grande auxiliar na obtenção de informações mas é preciso percebê-los.” (FARIA, 2016)

A população representava o centro de gravidade da informação, pelo que o soldado português foi instruído desta máxima e foi-lhe transmitido que, na relação com a população, o foco seria sempre procurar informação. Quanto maior era esta relação de confiança e o sentimento de proteção da população, melhores eram os resultados de pesquisa de informações junto desta.

O reconhecimento aéreo era um método utilizado para complementar o reconhecimento terrestre, essencialmente na localização de atividade hostil na difícil e vasta extensão do TO de Moçambique. Esta técnica era dificultada pela cobertura das florestas e selvas, o que exigia uma grande perícia dos observadores. As fotografias aéreas eram também ferramentas bastante úteis, principalmente para uma análise mais detalhada e atempada de determinadas áreas suspeitas, bem como através da comparação ao longo do tempo para detetar indícios. (CANN, 1998, p. 159)

Os guerrilheiros capturados eram uma potencial fonte de informações, pelo que a captura de guerrilheiros vivos “exigia uma preparação cuidadosa e treino especial”. (CANN, 1998, p. 160)



Eram interrogados e também utilizados como guias para as minas instaladas no terreno. (CALHEIROS, 2011)

Os capturados eram condignamente recebidos e expostos a um ambiente onde imperava a lei e ordem, com uma administração organizada e assistência médica, numa tentativa de os levar a cooperar, fornecendo informações credíveis e atempadas e a concluir que a vida sob administração portuguesa era indubitavelmente preferível à luta pela vida de um insurreto, dura e perigosa, no mato. (CANN, 1998) e (FARIA, 2016)

Os documentos e equipamento apreendidos eram cuidadosamente manipulados e preservados, pois forneciam indicadores valiosos, tal como o local e hora da captura, pois ajudavam a provar a credibilidade de outras fontes de informação e confirmavam ou completavam as informações estratégicas fornecidas por Lisboa. (CANN, 1998, p. 166)

“A utilização de agentes e informadores era um processo normal na obtenção de informações” (CANN, 1998, p. 166), trabalhando diretamente com o Exército ou com a Polícia. Nas penetrações nos países-santuários, os agentes fronteiriços eram normalmente controlados pelo Exército, enquanto os agentes em missões mais longínquas eram controlados pela PIDE/DGS. A competição entre as várias facções dentro dos movimentos, originava fissuras que faziam multiplicar os informadores e encorajava os agentes, fatores que provaram ser uma fonte fértil de recrutamento e uma oportunidade para a PIDE/DGS fomentar o diferendo.

Eram ainda utilizados guias e tradutores, que identificavam e seguiam a pista dos insurretos e comunicavam com a população local. Eram “pessoas simples, sem sofismas” e proporcionavam uma importante ponte social entre o soldado no terreno e a população, cujo salário era pago numa mistura de espécie e numerário, o que lhes fazia sentir um grande orgulho nas suas responsabilidades e satisfação das necessidades físicas. (CANN, 1998, p. 169)

A informação é a pedra fundamental, a chave da contrainsurreição, pois nenhuma operação deve avançar sem uma quantidade substancial de informação credível. Em Moçambique esse fluxo vinha principalmente da população. “Moçambique tinha um sistema de Informações. Mas havia alguma inércia na interligação desse serviço. Apesar da “competição e inveja na recolha de informações entre autoridades ser contraproducente”, o sistema funcionou relativamente bem. (CANN, 1998, p. 166) “A contribuição de uma boa rede de informações foi um dos fatores decisivos na capacidade de Portugal sustentar o conflito durante 13 anos e ter empregue os seus limitados recursos no controlo eficaz da



ameaça da guerrilha”, através de um consistente e meticoloso trabalho de informações. (CANN, 1998, p. 171)

Independentemente de como a notícia tinha sido obtida, era imperativo que de acordo com a sua importância tática, a sua transmissão fosse feita em tempo oportuno e fornecida o mais rapidamente possível, destinada ao devido comandante, para assim contribuir para a sua tomada de decisão. Já as outras notícias cujo carácter não se enquadrava no escalão tático, ou seja as notícias consideradas ser de possível relevância para o escalão superior, eram fornecidas através de diversos relatórios. Nomeadamente, através do RELIM, do SITREP e do SUPINTREP, entre outros. (FARIA, 2016)



4. Importância do Sistema de Informações e Contra-Informações das Forças da FRELIMO no desenrolar das Operações ZETA e NÓ GÓRDIO das Forças Portuguesas.

Segundo Sun Tzu² “aquele que conhece o Inimigo e a si mesmo lutará cem batalhas sem perigo de derrota”. (TZU, 1993) Ou seja, o propósito das informações é ajudar a tomar decisões e o propósito da contra-informação, é dificultar a tomada das mesmas, ou induzir à tomada de decisões erradas.

Como já foi visto nos capítulos anteriores, a pesquisa de informações para as forças portuguesas baseava-se essencialmente na recolha de informações junto da população.

Para os guerrilheiros, fruto do tipo de combate, “o apoio da população é indispensável para que seja possível a aplicação da tática da guerrilha, visto que, sem as antenas populares não há informações” (EME, 1961, p.17).

Como tal, não se pode tirar ilações sobre o desenrolar das operações, neste tipo de conflito, numa determinada área de operações sem antes compreender a influência que a dimensão do país e das suas características populacionais tiveram para o planeamento e obtenção de informações. (GARCIA, 2004 e FARIA, 2016).

4.1. O território e a população

O território Moçambicano tem uma extensão de costa com cerca de 2.470 km e tem uma superfície é de 786.380 km² (Portal do Governo de Moçambique, 2016). Entre 1960 e 1974 a população aumentou em mais de 1,5 milhões, passando de 6.518.000 habitantes para 8.233.034 habitantes em 1970. A população branca neste período não ultrapassava os 10% da população. Para além da densidade populacional, destaca-se ainda 10 grandes grupos étnicos que ocupavam o território moçambicano e que constituíam uma grande heterogeneidade. (CABAÇO, 2007, p.33)

² Um dos maiores estrategas militares da história de todos os tempos, (544- 496 A.C), foi o autor do livro “*A arte da guerra*”, livro chinês que explanava táticas militares.



Figura 12 – Mapa Administrativo de Moçambique

Fonte: (DREAMSTIME, 2016)

Ou seja, em Moçambique, o conhecimento sobre a população era, no mínimo, complexo. O tipo de conflito e a heterogeneidade de etnias existentes no território, por um lado, tornava fácil para a maioria dos guerrilheiros se imiscuírem na população geral sem serem descobertos e, desta forma, adquirirem notícias pertinentes e importantes para o seu sistema de informações e contra-informações. Contudo, por outro lado, as informações recebidas pelas forças portuguesas, nem sempre eram fidedignas. (FARIA, 2016)



Não obstante este facto, estava explicito na doutrina da época que o soldado português deveria ser endoutrinado desde início que, nas suas relações com a população, teria sempre de procurar informação sobre o momento do encontro, sobre a natureza do armamento e o número das forças guerrilheiras. Não só devia estar alerta a toda a informação acerca do inimigo, como devia também proteger a sua principal fonte de intimidação dos guerrilheiros. Na verdade, tinha-se como doutrina que quanto mais alto fosse o nível de confiança da população na capacidade de proteção dos soldados portugueses, maior seria a quantidade de informação fornecida. (EME, 1963, p.2)

A importância da variável social deste conflito levou a que as forças portuguesas, de forma geral, desenrolassem a sua maioria de operações junto às cidades e povoações com um número de habitantes minimamente significativo, de forma a conseguirem controlá-las, em detrimento de grandes operações em zonas de mata que, habitualmente, se encontravam sob controlo dos guerrilheiros, o que acabou por favorecer a ação da guerrilha nessas regiões (COUTO, 2012).

4.2. O adversário

A subversão em Moçambique foi a forma utilizada pela estratégia indireta da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e da China Continental no ataque do imperialismo comunista na confrontação LESTE-OESTE. (ARRIAGA, 1998)

A Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) era constituída por membros de origem moçambicana sem que houvesse distinção de etnia, sexo, lugar de domicílio ou crença religiosa. Era um movimento que pretendia acabar definitivamente com o domínio colonial português em Moçambique, conquistar a independência imediata e completa do território Moçambicano. (FRELIMO, 1977)

A organização militar da FRELIMO abrangia dois níveis. Um composto por um órgão político, logístico e operacional e um outro constituído por bases (províncias, sub-províncias, gerais, de segurança, operacionais, de logística e de instrução) e os acampamentos. (GARCIA, 2004)

A FRELIMO constituía “grupos, por regra pequenos, que infiltravam-se noutras etnias do interior de Moçambique, procuravam subvertê-las. Esta tentativa de subversão incidia fundamentalmente nos chefes tribais ou chefes naturais, e seus acólitos, de etnias não subvertidas. E como, quase sempre, estes chefes tribais ou



chefes naturais e seus acólitos não aceitavam subverter-se, eram logo ali assassinados (...), sobretudo a FRELIMO assassinou cerca de dois mil daqueles chefes e acólitos. Era uma acção de terrorismo intensa e extensa.” (ARRIAGA, 1998, p. 2)

Quanto à tática utilizada, a falta de meios e materiais para a guerrilha e a sua força militar ligeira, faziam com que as forças portuguesas apresentassem um maior potencial de combate, e como tal o conhecimento do terreno verificou-se como um elemento indispensável neste conflito. Usavam técnicas de guerrilha e insurreição e a sua estratégia foi, desde o início, não o controlo do território, mas sim o atrito com as forças militares, procurando a rutura dos recursos materiais e humanos do Governo Português, ao ponto de que seria menos dispendioso para este aquiescer e conceder a independência a Moçambique, do que seria manter-se envolvido numa guerra de guerrilha prolongada. (BRAGANÇA e WALLERSTEIN, 1978)

Para tal, utilizavam principalmente emboscadas, atividades terroristas e ataques a postos avançados na zona Norte de Moçambique, com grupos geralmente constituídos por 10 a 15 homens. Utilizando geralmente técnicas de flagelação, raramente se envolviam diretamente com as forças armadas portuguesas e, quando o faziam, era porque tinham um potencial de combate superior ao encontrado. (HENRIKSEN, 1983, p. 31)

Quando as forças portuguesas saíam em patrulhas ou em alguma operação com o objetivo de atacar um acampamento dos guerrilheiros, viam-se obrigados a seguir numa direção diferente da pretendida a fim de evitarem que os guerrilheiros tomassem conhecimento, através do seu sistema de informações, sobre a sua direção geral de progressão e tomassem precauções. (CALHEIROS, 2001, p.95)

De acordo com *site* “Guerra Colonial 1961-1974” O sistema de informações da FRELIMO passava pela existência de um «chefe de reconhecimento», nas bases de guerrilheiros, que centralizava a aquisição e estudo das informações, com as mesmas funções de coordenação de um sistema de informações. O «Manual do Guerrilheiro», utilizado por todos os movimentos, ensinava que as informações do inimigo se obtêm:

- Pela observação;
- Pela exploração dos conhecimentos dos habitantes locais;
- Pelo interrogatório dos desertores e prisioneiros;



- Pelo reconhecimento de combate;
- Pela ajuda de redes de colaboradores secretos.

Com o seu sistema de informações, a FRELIMO conseguia, no mínimo, saber das movimentações e intenções das Forças Armadas, de forma a conseguirem atuar antecipadamente. (GARCIA, 2004, P. 149)

Este sistema de Informações e Contra-Informações da FRELIMO, estava assente no recurso a fontes humanas, quer pela introdução de elementos infiltrados no seio das guarnições portuguesas, quer pela divulgação ou propaganda de indícios e notícias falsas.

Fazia também parte do seu sistema de pesquisa de informações e aquisição de notícias, a utilização de mulheres na recolha de informações e a colocação de agentes infiltrados e informadores em locais chave da administração e do Comando-chefe. (EME, 1966, p.12)

De acordo com as Resoluções do Comité Central da FRELIMO, citado por Proença Garcia, esta pesquisa ativa de informações sobre as tropas portuguesas e condições como a iniciativa de local de ataque, combate no próprio terreno e a recuperação mais rápida de derrotas sofridas, favoreceram as atuações da FRELIMO que, clamando grandes sucessos, conseguiu organizar as designadas áreas libertadas a partir de 1966. Para aquela “frente”, as forças portuguesas, isoladas em postos militares, tentavam de quando a quando realizar incursões contra o povo nessas áreas, e aí eram fatalmente emboscadas e aniquiladas. (GARCIA, 2004, p. 113)

4.3. A Operação ZETA

A Operação ZETA tinha como missão “Executar um golpe de mão sobre o *Complexo da Base Limpopo*, constituído pela referida base e ainda pela Cooperativa dos Agricultores (Limpopo) e Cantina Quissanga”; “Capturar, ou na sua impossibilidade eliminar os elementos In que se acoitem na Zona de Ação (ZA), apreendendo-lhes o material e documentos de que disponham”; e “Destruir todas as instalações e meios de vida In existentes na área.” (LEITÃO, 1969, p. 1)

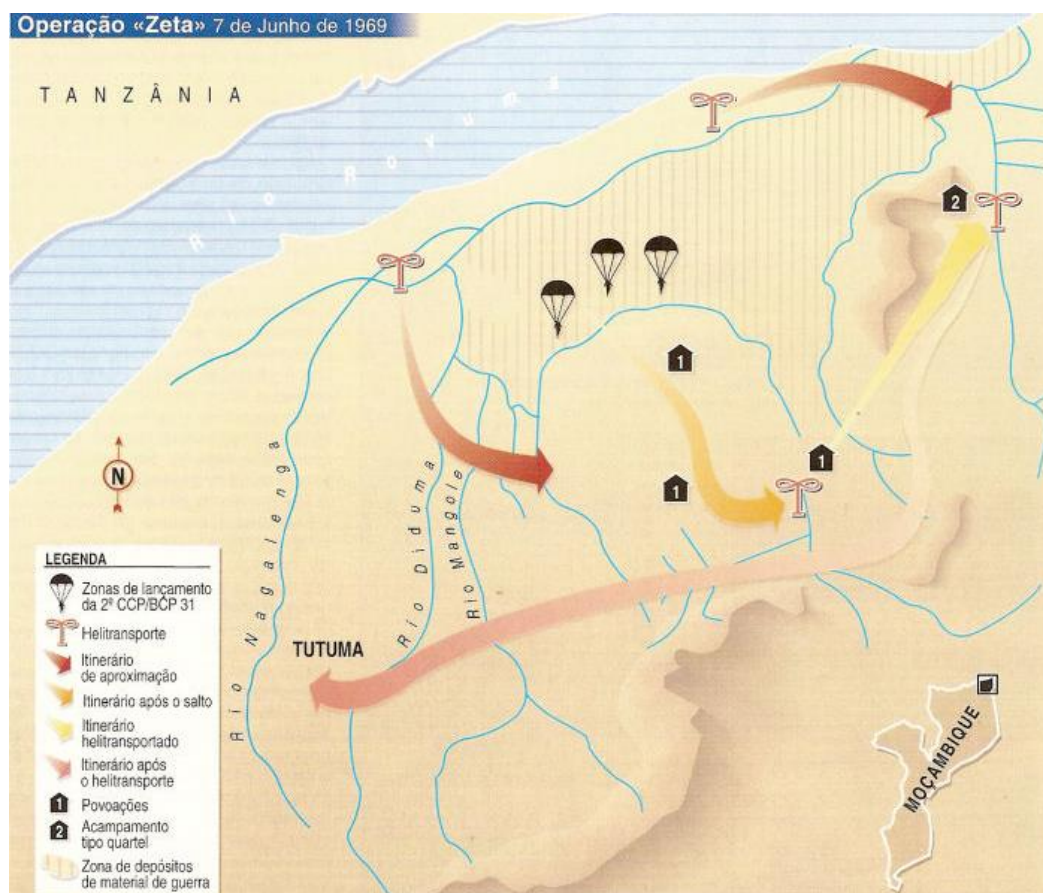


Figura 13 – Operação ZETA

Fonte: (Ultramar, 2016)

A ZA foi na região de MUEDA também conhecida como o Planalto dos MACONDES, caracteriza-se como “um local com terrenos bastante pantanosos, polvilhado de grandes escarpados e arribas, com arbustos rasteiros e linhas de água, o que desde logo levou os responsáveis pela logística a perceberem estar-se perante uma impossibilidade em assaltar os acampamentos da FRELIMO, que haviam sido detetados por via aérea, sem que fossem colocados em causa os princípios da surpresa e da eficácia. A solução encontrada foi o emprego de duas Companhias de Caçadores Para-quedistas, com apoio de forças terrestres para isolar o objetivo.

Nos dias que antecederam a operação, e como medida de decepção, foi efetuado um bombardeamento a um objetivo três a quatro km afastado da BASE LIMPOPO” (LEITÃO, 1969, p. 3)

Podemos considerar que a operação “ZETA” foi uma operação de elevado sucesso, ainda que da mesma não tenham resultado um elevado número de baixas por parte do In. Esta operação veio, uma vez mais, a salientar o papel das informações e da contra-informação no desenrolar da guerra, ainda que haja indícios



que tenham ocorrido fugas de informação. O sucesso da operação baseou-se no efeito de surpresa que as Forças Armadas Portuguesas conseguiram impor ao atingirem uma zona de refúgio para a FRELIMO, algo que haviam tentado por diversas vezes, mas que devido ao relevo acidentado aliado aos períodos de chuva resultaram infrutíferos. No final desta operação foram apreendidos vários documentos sobre a orgânica da FRELIMO que se revelaram uma boa fonte de informação para as tropas portuguesas. (LEITÃO, 1969)

O uso de aeronaves de asa fixa, na fase de preparação (reconhecimento), no lançamento de tropas e ainda no apoio às operações, permitiu obter um efeito de surpresa, de tal forma que o In não tendo conseguido obter qualquer informação sobre a operação, se pôs em fuga.

4.4. Operação NÓ GÓRDIO

A missão da Operação “Nó Górdio”³ era a seguinte: “O COFI planeia e executa o cerco e ataque ao “NÚCLEO CENTRAL” IN, prevê a exploração do sucesso fora da ZA atribuída, em coordenação com o Com Sec B, nomeadamente sob as regiões de Ba “BEIRA”, LU’GURI e BA “LURIO” e continua a garantir a segurança próxima e imediata de MUEDA e do seu aeródromo”. (COFI, 1970, p. 3)

A Operação tinha como objetivos gerais:

- Destroçar o Inimigo que armado, pretendia dominar a região;
- Libertar as populações escravizadas;
- Restabelecer a ordem e a paz. (COFI, 1972, p. 3)

Esta operação teve a duração de sete meses, tendo mobilizado cerca de trinta e cinco mil militares e foi parcialmente bem-sucedida. (BACELAR, 2000, p. 116).

Segundo o Coronel Rodrigo Silveira, 2º Comandante do Comando Operacional das Forças de Intervenção⁴ (COFI), não houve preocupação em manter os muitos

³ A Operação NÓ GÓRDIO tipificou um dos objetivos doutrinários da contra-subversão em Moçambique, nomeadamente, a eliminação, caso existissem, das chamadas “áreas libertadas”. (KAUZLA, 1998)

⁴ O Comando Operacional das Forças de Intervenção (COFI) foi um comando conjunto das Forças Armadas Portuguesas em Moçambique, ativo entre 1969 e 1974, durante a Guerra do Ultramar. O COFI ficou conhecido por ter sido o órgão de execução da Operação Nó Górdio. O COFI foi criado, na dependência do Comando-Chefe das Forças Armadas em Moçambique, em novembro de 1969 para coordenar o emprego conjunto de forças do Exército, da Marinha e da Força Aérea em missões de grande envergadura, em situações de emergência e em operações especiais. (https://pt.wikipedia.org/wiki/Operação_Nó_Górdio, consultado em 23Mar16).



movimentos das forças em segredo. Houve sim a preocupação de não se dar a conhecer quais as bases que seriam atacadas. No entanto, fruto dos muitos reconhecimento aéreos realizados pelas forças portuguesas às bases em questão, quando se deu o ataque, as bases já tinham sido abandonadas um mês antes. As informações recolhidas estavam desatualizadas. (RTP1, 2010)



Figura 14 – Operação NÓ GÓRDIO

Fonte: (Coelho, 2016)

Quando os portugueses entraram nas bases, por um lado, só conseguiram capturar armamento e munições uma vez que não encontraram combatentes ou documentos de qualquer relevância informacional e por outro lado, segundo o Coronel Carlos Matos Gomes, Comandante da 1ª companhia de Comandos do Agr A, “A FRELIMO tinha um bom conhecimento do terreno junto às suas bases, o que lhes permitiu, facilmente, fazer tiro indireto sobre as tropas portuguesas que entretanto tinham ocupado as suas antigas bases.” (GOMES, 2009)

Do lado da FRELIMO, segundo o General Cândido Mondlano Comandante da Província de Cabo Delgado da FRELIMO na base de Moçambique, “O conhecimento da forma de atuar do Inimigo permitiram à FRELIMO saber sobre qual a direção de movimento das Forças portuguesas. Sabiam que a sequência de ações eram: 1º bombardear, depois enviar os helicópteros e depois o início dos deslocamentos das forças apeadas.” (RTP1, 2010)



Este conhecimento permitiu aos guerrilheiros manterem a iniciativa no combate e montarem emboscadas consecutivas e eficientes às forças apeadas.

O divulgar intencional de informação sobre a Operação por parte do Governo Português, aliado ao facto de existirem elementos infiltrados da FRELIMO nas organizações e instituições, permitiram à FRELIMO antecipar todas as ações das FFAA portuguesas, determinando assim o insucesso da Operação NÓ GÓRDIO. (SOUTO, 2007, p. 252), (FARIA, 2016) e (ARRIAGA K. , 1998, p. 3)

Citando Proença Garcia, “as fugas de informação resultavam em atuações militares falhadas, encontrando as forças apenas o local abandonado”. (GARCIA, 2004, p. 151)

A nível estratégico, esta operação foi considerada um sucesso após a captura de elementos do inimigo e material bélico. (ARRIAGA, 1987) Isso não impediu, no entanto, a FRELIMO de continuar a sua ação militar e realizar operações noutros pontos do país, razão porque é considerado que a operação ficou longe de cumprir os objetivos iniciais. (GOMES, 1979)

De acordo com Coronel Miguel Ambrósio, Comandante do 1º Setor de Cabo Delgado da FRELIMO na Base da Beira, numa reportagem realizada em 2010 pela RTP1 sobre a guerra colonial, “se a operação Nó Górdio os tivesse apanhado de surpresa, a FRELIMO tinha sido destruída.” (RTP1, 2010) e (FARIA, 2016)



Conclusões

Portugal, pouco mais de uma década após a sua entrada na OTAN, deparou-se com um novo tipo de conflito nas suas colónias ultramarinas. A subversão e luta de contra-guerrilha. Fruto desta variável, sentiu-se a necessidade de ajustar a doutrina à realidade e à experiência adquirida naqueles Teatros de Operações.

As Informações foram uma das peças fulcrais para que fosse possível para Portugal manter uma guerra de contra-guerrilha em três Teatros de Operações durante 13 anos.

No Teatro de Operações de Moçambique, no período de 1964 a 1975, a organização do sistema de informações era constituído, essencialmente, por três entidades: a PIDE/DGS, o Serviço de Informações Militares e os Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique.

Estas entidades estiveram envolvidas neste conflito derivado da evolução de novos conceitos e doutrinas. As alterações mais significativas durante esta evolução, decorreram na adaptação e implementação da doutrina de informações existente na altura, numa realidade da guerra subversiva materializada pela normalização, difusão e formação dos militares que trabalhavam as informações.

De acordo com esta nova doutrina, a estrutura de informações militares deveria estar presente em todos em todos os escalões, podendo diferenciar-se em termos de funções e capacidades, nomeadamente nos escalões inferiores, intermédios e superiores.

A PIDE/DGS era utilizada em assuntos e áreas específicas com interesses militares, estando organizada por províncias em Moçambique. Tinha algumas limitações no processamento e tratamento das Informações. Proveniente da sua estreita ligação com o poder político da Metrópole, tinha muitas dificuldades em aceitar o poder local.

No que respeita ao SIM, o Secretariado-Geral da Defesa Nacional centralizava e coordenava todas as informações recolhidas ao nível tático pelos Serviços de Informações Militares. A orientação para as atividades de todo o pessoal do SIM até ao escalão Divisão, no conhecimento do inimigo e da área de operações, viu-se explanado no Regulamento de Campanha Informações de 1966. Todas as bases das unidades do SIM em território Moçambicano encontravam-se estabelecidas e operacionais, mas devido à dimensão do país e à falta de militares habilitados a trabalhar na área das informações, tiveram a necessidade de se adaptar, de forma a conseguirem cumprir essa função da melhor forma possível.



Quanto aos SCCIM estes tinham a finalidade de controlar e coordenar as informações estratégicas em Portugal, vitais para a condução política e para o comando das forças nos termos das operações. A sua missão era reunir, estudar e difundir as informações de interesse à política, à Administração e defesa destas, bem como prestar o apoio necessário ao Governo. No entanto, embora se mantivessem na dependência hierárquica e administrativa dos governadores das províncias, passaram a funcionar como serviço de informação dos comandantes-chefes das Forças Armadas. E assim respondemos à primeira pergunta derivada.

Em Moçambique, a obtenção de notícias e informações era realizada através dos relatórios das patrulhas apeadas, reconhecimento aéreo, interrogatórios a guerrilheiros capturados ou rendidos, documentos e equipamento confiscados e informadores ou agentes pagos, essencialmente provenientes da população local, principal fonte de informações. Cada uma destas fontes teve a sua importância na resolução do puzzle da informação, pois devido à indefinição operacional dos guerrilheiros, era importante que a informação de uma consolidasse a da outra, de modo a produzir uma imagem fidedigna e o mais exata possível.

No entanto, como as operações realizadas eram do âmbito de uma guerra contra-subversiva, obviamente que o centro de gravidade para a recolha de notícias/informações era a população. De facto, estava explícito na doutrina da época que o soldado português deveria ser endoutrinado desde início que, nas suas relações com a população, teria sempre de procurar informação sobre o momento do encontro, sobre a natureza do armamento e o número das forças guerrilheiras. Não só devia estar alerta a toda a informação acerca do inimigo, como devia também proteger a sua principal fonte de intimidação dos guerrilheiros. Na verdade, tinha-se como doutrina que quanto mais alto fosse o nível de confiança da população na capacidade de proteção dos soldados portugueses, maior seria a quantidade de informação fornecida. Damos desta forma respondido à segunda pergunta derivada.

Portugal tinha um sistema de informações implantado no território que contribuiu de forma significativa para o desenrolar dos combates. Para as forças portuguesas, as informações sobre o inimigo e o terreno eram decisivas. Na guerra de guerrilha, as forças militares sem informações, não só não tinham possibilidade de saber onde o inimigo estava, como também tinha dificuldades em saber quem ele era, uma vez que os guerrilheiros facilmente se imiscuíam com a população.



No entanto, também do ponto de vista dos guerrilheiros, era essencial dispor de informações sobre as movimentações e intenções das forças regulares adversárias de modo a poderem antecipar-se às suas ações. Para ambos os contendores, as informações garantiam a surpresa que permitia causar os maiores danos ao adversário com os menores custos. Quando a forma de atuar das forças portuguesas se tornou do conhecimento dos guerrilheiros, estes passaram a conseguir antecipar os movimentos do adversário e obter a iniciativa.

A importância do sistema de informações e contra-informações das forças opositoras na obtenção de informações, planeamento, e no desenrolar de operações das forças portuguesas, pode ser visualizado na comparação entre duas operações portuguesas no território: a operação ZETA e a operação NÓ GÓRDIO.

Na Operação ZETA, por exemplo, o elevado grau de secretismo e a qualidade de informações recolhidas, permitiu atacar os guerrilheiros da FRELIMO, numa das bases que até então se mantinham inatingíveis, de forma célere, e tendo sido conseguida uma surpresa tal, que os guerrilheiros se puseram em fuga, permitindo às forças portuguesas recolherem documentos com informações bastante relevantes para as ações militares no terreno. Já na Operação Nó Górdio, não só os movimentos foram efetuados sem tentativa de os dissimular, como também foi dado conhecimento a toda a população que se iria desenvolver uma operação de grande envergadura naquela área. Houve apenas a preocupação de manter secreta a data de quando esta seria efetuada. Esta falta de secretismo permitiu aos guerrilheiros da FRELIMO abandonarem as suas bases com bastante antecipação e realizarem emboscadas às Forças Portuguesas durante os seus deslocamentos até às ditas bases. No fim da operação, não só não conseguiram infligir um golpe remunerador na estrutura local dos guerrilheiros, como também sofreram várias baixas que poderiam ter sido evitadas se os guerrilheiros não tivessem conhecimento da operação. Respondemos desta forma à pergunta derivada número três.

Numa guerra subversiva, a informação tem uma relevância excecional, em virtude do carácter clandestino do In, da forma de atuar das suas forças e da necessidade de um conhecimento profundo da população. Este facto advém da necessidade imperial de se conhecer a localização dos grupos de guerrilha e antecipar as suas operações, ou atacá-los de surpresa.

Na vastidão territorial e heterogeneidade populacional que caracterizava Moçambique, o sistema de informações constituiu-se como um pilar essencial para a compreensão destas



variáveis e por conseguinte, contribuir para a tomada de decisão aos diferentes níveis. É aqui que se centra a principal importância e contributo do sistema de informações em Moçambique no período em questão.

No entanto, tal não teria sido possível se não tivesse existido um esforço em adaptar e reorientar a mentalidade de guerra convencional que focava o inimigo como a sua principal fonte de informação, para a compreensão da manobra de um inimigo assimétrico, em que a obtenção primária de informações assentava em indícios recolhidos na área de operações (quer via terrestre, quer via aérea) e na população civil.

Esta alteração de mentalidade foi a chave para o sucesso da contra-insurreição, e contribuiu de forma decisiva para a obtenção da iniciativa necessária às forças no terreno. Ou seja, o sistema de informações no TO de Moçambique, no período de 1964 a 1975, contribuiu de forma significativa para o planeamento tático das operações levadas a cabo pelas forças envolvidas no conflito. E assim respondemos à pergunta de partida.

Durante este trabalho deparamo-nos com algumas limitações, nomeadamente no que se refere à limitação imposta relativamente à dimensão (número máximo de palavras), face à profundidade necessária a dar a um trabalho que pretendeu analisar um período de 11 anos e que englobou a interação entre estruturas de pesquisa e tratamento de informação militares e civis, com origem e métodos e atuação diferenciados aos vários níveis (tático e estratégico).

Este trabalho poderá futuramente ser aprofundado, com a análise pormenorizada de outras operações efetuadas neste Teatro de Operações, à luz do contributo e importância das Informações.



Bibliografia

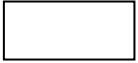
- AFONSO, A. &. (2010). *Os Anos da Guerra Colonial - 1961-1975* (1ª ed.). Matosinhos: QUIDNOVI.
- APP-6. (2012). *NATO Glossary of terms and definitions* (EDITION 2012 Version 2 ed.). USA.
- ARRIAGA, K. (1998, Abril 1). *A essência e o sucesso da condução da guerra em Moçambique no período de 1969 - 1973*. Retrieved 5 1, 2016, from Cidade Virtual: www.cidadevirtual.pt/k-arriaga
- ARRIAGA, K. d. (1987). *Guerra e politica - em nome da verdade - os anos decisivos*. Amadora: Editora Referendo.
- BACELAR, S. (2000). *A Guerra em África 1961-1974: Estratégias adotadas pelas Forças Armadas*. Porto: Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto e Universidade Portucalense Infante D. Henrique.
- BRAGA, J. S. (2011). Da Logística às Informações. In *Revista Militar* (pp. 2515-2516).
- BRAGANÇA, A. d., & WALLERSTEIN, I. (1978). *Quem é o Inimigo?* Lisboa: Iniciativas Editoriais.
- BRANQUINHO, J. A. (1966). *Prospecção das Forças Tradicionais - Manica e Sofala, SCCIM*.
- CABAÇO, J. (2007). *Moçambique, Identidades, Colonialismo e Libertação - Tesse de dissertação de doutoramento em Antropologia*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- CALHEIROS, J. d. (2011). *A última missão*. Lisboa: Caminhos Romanos.
- CANN, J. P. (1998). *Contra-Insurreição em África, o modo português de fazer a guerra, 1961-1975*. Lisboa: Edições Atena, Lda.
- CARDOSO, P. (2004). *As Informações em Portugal* (1ª ed.). Lisboa: Gradiva.
- CARMO, A. (2012). 50 anos Depois Operação Nema. *Revista Boina Verde* , 24-29.
- CARMO, A. E. (2011). *Operacional*. Retrieved Março 25, 2015, from <http://www.operacional.pt/operacao-%C2%ABnema%C2%BB-quipedro-angola-50-anos-depois/>
- CECA. (1988). *Resenha histórico-militar das campanhas de áfrica (1961-1974)*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- CECA. (1990). *Subsídios para o estudo da doutrina aplicada nas campanhas de África*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.



- COFI. (1970). *Ordem de Operações nº 02/70 - Operação "Nó Górdio", Comando Operacional das Forças de Intervenção*. Mueda: (Arquivado no Arquivo Histórico Militar).
- COFI. (1972). *Relatório de Acção Nº1/72 - Operação Nó Górdio, Comando Operacional das Forças de Intervenção, Nampula*. (Arquivado no Arquivo Histórico Militar).
- COSTA, J. E. (1961). *Informação e Contra-Informação militar em ambiente de guerra subversiva*.
- DESCONHECIDO. (s.d). *Guerra Colonial 1961-1974*. - O sistema de informações dos movimentos: www.guerracolonial.org, consultado em 23 de abril de 2016.
- DREAMSTIME. <https://pt.dreamstime.com/ilustrao-stock-mapa-administrativo-de-moambique-image47477192>, consultado em 06 de julho de 2016.
- EME. (2006). *Comissão para o Estudo das Campanhas de África*. Lisboa: Exército Português.
- EME. (2009). *PDE - 2.00 - Informações, Contra-informação e Segurança*. Lisboa: Exército Português.
- EME. (2012). *PDE - 3.00 - Operações*. Lisboa: Exército Português.
- EME. (2014). *PDE - 3.67.00 - Operações Especiais*. Lisboa: Exército Português.
- EME. (1954). *Regulamento de Campanha - Informações*. Lisboa: Estado Maior do Exército.
- EME. (1966). *Regulamento de Campanha - Informações*. Lisboa : Estado-Maior do Exército.
- Exército, M. d. (1963). *O Exército na Guerra Subversiva*. Lisboa: Estado-Maior do Exército - 3ª Repartição.
- FARIA, C. R. (2016, Maio 18).
- FARIA, C. R. (2016, Maio 18). Entrevista.
- FRELIMO. (1977). *O processo revolucionário de guerra popular de libertação: artigos coligidos do órgão de informação da Frelimo "A Voz da Revolução" desde 1963 a 1974*. Departamento do Trabalho Ideológico da FRELIMO.
- GARCIA, F. P. (2003). *Análise global de uma guerra (Moçambique 1964-1974)*. Lisboa: Editora Prefácio.
- GARCIA, F. P. (2004). *Informações e Segurança*. Lisboa: Prefácio.
- GOMES, C. d. (2012). Seminário "Guerra colonial seus segredos". Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.



- GOMES, C. M. (2009). *Moçambique 1970: Operação Nó Górdio*. Lisboa: Batalhas de Portugal.
- GOMES, F. (1979). *Sobre Portugal*. Lisboa: A regra do jogo.
- KEEGAN, J. (2003). *Intelligence in war. Knowledge of the enemy from Napoleon to Al-Qaeda*. London: Hutchinson.
- LEITÃO, J. (1969). *Relatório de Operação ZETA nº18/69*. Nacala, Moçambique: BCP 32.
- MATEUS, D. C. (2011). *A PIDE/DGS na Guerra Colonial 1961-1974* (2ª ed.). Lisboa: Terramar.
- PARAQUEDISTAS 21, Batalhão de Caçadores. (1961). Ordem de Serviço nº 180. Luanda: Batalhão de Caçadores Paraquedistas.
- PÁRA-QUEDISTAS, Corpo de Tropas. (2011). *História das Tropas Pára-Quedistas* (1ª ed., Vol. II). Tancos: Escola de Tropas Pára-Quedistas.
- PIMENTEL, I. F. (2011). *A história da PIDE* (1ª ed.). Maia: Circulo de Leitores.
- PINTO, M. (1995). *A Guerra de África 1961-1975* (Volume 1 ed.). Circulo de Leitores.
- PINTO, R. F. (2004). In C. A. Moreira, *Informações e Segurança, estudos em honra do general Pedro Cardoso*. Prefácio Edição.
- PORTAL DO GOVERNO DE MOÇAMBIQUE*. (n.d.)
www.portaldogoverno.gov.mz/Mozambique, consultado em 05 de maio de 2016
- FAP (2013). *Museu do Ar*. <http://www.emfa.pt/www/po/musar/pagina-001.001.003-esquadrilha-historica>, consultado em 05 de maio de 2016
- RTP1. (n.d.). Moçambique – guerra colonial - Operação Nó Gordio
<https://www.youtube.com/watch?v=d0pLOTym3tQ>, consultado em 12 de março de 2016
- SOUTO, A. (2007). *Caetano e o acaso do império*. Porto: Editora afrontamento.
- TZU, S. (1993). *A arte da guerra*. Mira-Sintra: Publicações Europa-América.





Anexo A — Entrevista ao Exmº Coronel de Infantaria Manuel José Marques Ribeiro de Faria

Entrevistado: Coronel de Infantaria Manuel José Marques Ribeiro de Faria

Data da entrevista: 18 Mai 16

Meio de Entrevista: Oral

Síntese biográfica:

O Coronel de Infantaria Manuel José Marques Ribeiro de Faria nasceu em Mafra a 15 de Junho de 1943.

Fez o Curso de Infantaria na Academia Militar e, nos primeiros anos da sua carreira, serviu na Escola Prática de Infantaria, em Mafra, em períodos que alternou com duas comissões de serviço na Guiné (1967/68 e 71/73) e uma em Moçambique (74/75).

Com o Curso de Estado-Maior, foi professor no Instituto de Altos Estudos Militares e na Academia Militar, tendo realizado, como mais significativo, o Curso de Analista de Informação Estratégica nos Estados Unidos da América.

Cumpriu missões de serviço na OTAN (1990-93), na UEO (1995) e no âmbito das Nações Unidas, como Chefe de Estado-Maior de uma missão em Angola (Março de 1996 a Setembro de 1997).

Terminou a sua carreira como Director do Museu Militar, cargo que desempenhou entre Janeiro de 2002 e Junho de 2008. Encontra-se na situação de reforma.

É condecorado com a Ordem de Avis - Grande Oficial - e duas medalhas de Serviços Distintos - Ouro e Prata.

Entrevista:

PERGUNTA: Que funções que desempenhou em Moçambique?

RESPOSTA: Desempenhei as funções de Adjunto do Comando Geral de Segurança na Repartição de Informações entre 1974 e 1975.

PERGUNTA: Na sua opinião qual foi a pertinência dessa repartição e da obtenção de informações durante o tempo que passou no TO de Moçambique?

RESPOSTA: As informações eram fornecidas pelas várias entidades no TO: Polícia de Segurança Pública (PSP), Guarda Fiscal (GF), Companhia de Polícia de Caminhos de Ferro (CPCF) e Organização Provincial de Voluntários de Defesa Civil (OPVDC), que



trabalhavam de forma independente, pelo que o Comando Geral de Segurança (CGS) foi criado para congregar a informação. As informações servem para apoiar a tomada de decisões. E todas as informações que nos sejam fornecidas são destinadas a apoiar a decisão.

Mas antes de ter sido colocado em Moçambique também fiz duas comissões de serviço na Guiné em 1967/68 e 1971/73. Embora a dimensão da Guiné não se compare à dimensão de Moçambique. A obtenção de notícias na Guiné e a obtenção de notícias em Moçambique tinham algumas similaridades.

Na minha 2ª comissão na Guiné, por exemplo, estava colocado na fronteira. Tinha um posto de socorros, que fazia uma média de 1600 tratamentos /mês ao pessoal do Senegal. E era um sítio por onde passavam lá muitos indivíduos predispostos a falar. Eu passava lá muito tempo e ia “tirando nabos da púcara”. Então descobri que havia um acampamento no Senegal, ali perto, que era o sítio de onde saiam para nos atacar. E antes de cada ataque, passava uma ambulância com um médico. Da medida que tinha um indivíduo no Senegal, a quem lhe pagava para me dizer só isso. Primeiro, obtinha a notícia. Depois, ia observando, até obter a confirmação de cada ataque.

Moçambique tinha um sistema de Informações. Mas havia alguma inércia na interligação desse serviço.

PERGUNTA: Relativamente a esse sistema de informações que mencionou, como é que estava implementado no terreno?

RESPOSTA: Havia 4 organizações que trabalhavam independentemente: a Polícia de Segurança Pública, a Guarda Fiscal, a Companhia de Polícia de Caminhos de Ferro, OPVDC (voluntários). Tinham atividades de operações, informações. Temos de ter a noção de que uma notícia não é uma informação. Estas organizações atuavam essencialmente nas áreas urbanas e postos fronteiriços. No terreno, as Companhias, através dos Batalhões faziam chegar as informações ao Comando Chefe, com as limitações inerentes à grande dispersão territorial das Unidades e à falta de formação/sensibilidade dos militares que desempenhavam funções nas Secções de Informações.

PERGUNTA: E havia interligação entre esses sistemas de recolha de notícias e as Forças Armadas?



RESPOSTA: Sim. Aliás, como já referi, a dada altura houve a necessidade de criar um comando que congregava todos aqueles esforços da Polícia e centralizava tudo em ligação com o Comando Chefe. O Comando Geral de Segurança fornecia então informações ao Comando Chefe, em Lourenço Marques. E isto foi extremamente útil, porque começaram a surgir determinadas informações importantes.

Mas há que ter em atenção que para as forças em Moçambique as informações mais importantes eram as que eram aplicadas no terreno, na tática, que aí sim apoia a decisão.

Nós, aos baixos escalões, não tínhamos pessoal preparado e dedicado a isto. Em Moçambique, sobretudo, estes 4 organismos mais a PIDE/DGS, que colaborava muito connosco e centralizava todas essas informações, que eram trabalhadas no Comando-Chefe, e depois eram difundidas as diversas regiões militares que por sua vez difundiam posteriormente. O que criava uma outra dificuldade, que era a distribuição tardia das informações até às unidades. Em Moçambique isso verificava-se muito, devido à dispersão das unidades e a dimensão do terreno, bem como as vias de comunicação extensas.

Existiam também os Grupos Especiais e os Flechas. Estes pertenciam à PIDE/DGS. Eram indivíduos muito específicos, muito próprios. Eles ligavam-se com as outras pessoas em operações, tinham características muito especiais.

As próprias Forças Armadas da Rodésia e da África do Sul cediam informações ao Comando Geral.

Jorge Jardim era uma figura que tanto na Guiné como em Moçambique tinha a sua própria organização. Era muito amigo do Spínola, tinha um império dentro de Moçambique, tanto que quando se precisava de informações, ele também entrava nisto.

PERGUNTA: Como é que se articulava a recolha e partilha de informações entre a PSP, a PIDE/DGS e as FA's?

RESPOSTA: Através de relatórios: acontecimento → RELIM → difusão.

A PIDE/DGS desempenhava um papel fundamental, pois a principal atividade era a recolha de informações, respondendo aos requisitos de informação das Forças Armadas.

Em Moçambique tínhamos muitas dificuldades por ter um território muito extenso, que é algo como sete vezes o Território Nacional. Que as vias de comunicação são muito deficientes e as populações estavam muito dispersas. E para este tipo de operações que eram conduzidas em Moçambique (contraguerrilha), a população é fundamental. É necessário uma grande incidência de trabalho sobre as populações, daí que a PSP tinha



postos espalhados em todo o lado, e a guarda-fiscal estava mais sobre as fronteiras. A companhia dos caminhos-de-ferro transportava muita gente, daí que em viagens longas se sabia muita coisa. Todo o esforço.

PERGUNTA: A PIDE/DGS auxiliava as Forças Armadas na recolha de informações específicas?

RESPOSTA: Sim. Os órgãos de informações produziam relatórios com notícias de movimentos dos guerrilheiros. Através da análise destes relatórios eram uma fonte de informação.

PERGUNTA: Onde é que esta análise dos relatórios era feita?

RESPOSTA: Era feita localmente. O Comando-Chefe tinha as suas próprias informações com especialistas de informação. O próprio STIJ tinha informação através dos seus órgãos e das suas unidades.

O Comando-Chefe de Moçambique centralizava tudo o que havia de órgãos de informações e depois difundia-as a quem necessário.

PERGUNTA: E havia alguma ligação do Comando-Chefe com a metrópole?

RESPOSTA: Sim. O Comando-Chefe estava diretamente ligado à Repartição de Informações do Estado-Maior do Exército. Mas as informações que interessavam transmitir à metrópole eram de natureza estratégica.

O tempo que eu passei na repartição de informações, todos os meses tinha de fazer 2 brífingues de informações. Um para os três Chefes de Estado-Maior dos ramos e para o CEMGFA outro, 15 dias depois, para todos os generais do exército presentes no país. Estes generais depois voltavam para as suas regiões e transmitiam então as notícias de nível não tático, mais de natureza estratégica, que eram difundidas a quem de direito, para tirarem disso aproveitamento.

De forma geral as informações seguiam de lá para cá e de cá para lá.

PERGUNTA: Verificava-se então um ciclo de informações a vários níveis?

RESPOSTA: Com certeza. Têm é que entender que Moçambique tinha características muito próprias. Áreas de pesquisa muito extensas, população dispersa e vias de comunicação reduzidas sobretudo no Norte e no Centro, a transmissão oportuna das



notícias eram muito duvidosas, dificuldades de transmissão correta de notícias. Porque isto das informações é como tudo, a pessoa tem de ser instruída. A transmissão de notícias tem técnica e uma pessoa com a devida instrução tem mais sensibilidade sobre o que transmitir do que um indivíduo que não tenha sido instruído para essa função. Há que ter em atenção que a transmissão ascendente de notícias, o seu tratamento e a transmissão de informações de cima para baixo demora o seu tempo. O nível operacional era diluído, esvaziava-se. Neste tipo de guerrilha, era tudo “terra a terra”.

PERGUNTA: Então é correto concluir que, quando os Comandantes de companhia e de batalhão queriam enviar os seus homens para realizar uma determinada ação tinham que utilizar as notícias recolhidas por si e não ficar à espera de informação descendente?

RESPOSTA: Quando se sai para uma operação, tem que se estar informado da situação e sobre o que se vai fazer.

De vez em quando chegavam oportunamente aos baixos escalões informações relevantes para a condução de operações. No entanto, o conhecimento que os militares no terreno tinham da região e da população eram muito relevantes para a obtenção de notícias importantes para a conduta de operações. Este conhecimento e juízo fazem parte da atividade de informações. Faz parte conhecer o ambiente de trabalho onde estamos inseridos. E em Moçambique era importante conhecer as etnias.

PERGUNTA: Não haviam pedidos de informações de nível tático?

RESPOSTA: Por norma, os pedidos de pesquisa são de cima para baixo, mas também podem existir os chamados pedidos concretos. Imaginem que eu tenho uma notícia de que numa determinada área está a começar a haver infiltrações. Eu envio o pedido para que me confirmem isso. O problema é que quando se fazem perguntas técnicas algumas pessoas não compreendem o que se pretende. Tem de se perguntar sim, por exemplo, se têm verificado movimentos da população num determinado sentido.

Vamos lá ver, esta história das informações tem de ser muito baseado na cooperação porque se não for assim, se começarmos a esconder as coisas, não serve a ninguém e o que acontecia com a pesquisa de informação aos mais baixos escalões era que não estavam preparados para isso. As notícias pertinentes que conseguiam pouco ou nada eram. Eram pouco efetivos.



Em termos de pesquisa de informações, a PIDE/DGS, sim senhor. O serviço de informações militar, sim senhor. Com algumas limitações, mas que conseguiam alguns resultados. Havia elementos que eram umas verdadeiras “águias” nesta brincadeira.

Mas é necessário haver uma preparação específica para esta atividade.

PERGUNTA: Que fontes de notícias é que eram geralmente utilizadas?

RESPOSTA: Essencialmente através de HUMINT e SIGINT, não por este nome.

As fontes de informação utilizadas em Moçambique eram essencialmente a população, reconhecimento aéreo, controlo de fronteiras e as Companhias respondiam aos pedidos de informação por indícios técnicos.

Mas, em Moçambique, há também que ter em atenção a existência de diversas etnias. Haviam etnias mais favoráveis à nossa presença e haviam etnias mais fechadas, como por exemplo os Maconde e etnias mais abertas. As etnias islamizadas tornavam mais difícil a nossa penetração e deste modo a recolha de informações era mais complicada. Ou seja, a etnia existente em determinada área tornava a recolha de informações mais fácil ou mais complicada.

A população estava muito dispersa, com vias de comunicação muito extensas e de má qualidade, que causavam bastantes dificuldades.

A população é um meio muito eficiente de arranjar informações. É importante saber e conhecer a língua nativa, porque no interior de Moçambique havia muitos que não falavam Português. A população local é o grande auxiliar na obtenção de informações mas é preciso percebê-los.

De forma geral, se conseguíamos ganhar a confiança dos elementos da população, estes tornavam-se numa excelente fonte de informação. Ou seja, a população era uma grande fonte de informação, mas era preciso ter cuidado para sabermos se esta era fidedigna. Para tornar este facto ainda mais preocupante, as informações que recebíamos diretamente da população eram normalmente pagas. Existia mesmo uma tabela com o valor de cada tipo de informação. Isto levava a que houvesse elementos que se aproveitavam desta situação e nos forneciam informações que nem sempre eram verdade.

Uma vez, num certo dia, fomos atacados e no dia seguinte, apareceu um elemento a população ao quartel para ser curado. Fica ou logo ali para ser interrogado. Mais um dos elementos de informação: aproveitar os recursos da população. As coisas mais simples podem ser fontes de informação.



Um dos maiores problemas era a transmissão das notícias que se obtinham. Em Moçambique, o terreno é mais acidentado e a dificuldade de comunicação era derivado dos meios técnicos de comunicações. Além disso, os meios de transmissões eram insuficientes.

Outra grande dificuldade era o pessoal preparado para fazer isto (trabalho / processamento de informações). Nós nunca tivemos especialistas de informações. Os grandes especialistas que nós tivemos eram os indivíduos da CHERET (Chefia de Reconhecimento de Transmissões).

Quando recebia uma notícia da CHERET que preparava para um ataque eminente, eu tinha a certeza de que o ataque iria acontecer. Porque a CHERET conseguiu entrar no sistema de comunicações “deles”.

PERGUNTA: Costumavam receber informações falsas da população?

RESPOSTA: Como já mencionei, em Moçambique existiam várias etnias e eu já sabia que se me fosse comunicado alguma coisa por determinadas etnias, não podia acreditar nelas de maneira nenhuma. Eram aldrabões. Havia a necessidade de confirmar as notícias.

PERGUNTA: Os combatentes da Frelimo, de forma geral, tinham conhecimento dos movimentos ou das operações das nossas forças?

RESPOSTA: Na parte final, da nossa estrutura que estava lá, recebo lá em Vila Caria um comissário político, um tal de Adelino dos Santos Assikulava. Um dia disse-me: Sr Comandante, aquela Operação Nó Górdio, que fizeram, podiam ter acabado connosco. Só não aconteceu porque os nossos amigos do vosso Estado-Maior disseram que aquilo ia acontecer. Não foi inadvertidamente. Pessoas que transmitiram essa informação, trabalhavam ao nosso lado. O pessoal que trabalhava com forças portuguesas libertava muita informação. Podemos planear as operações com muito cuidado mas os movimentos denunciavam as nossas ações. Até com a escrita de cartas para a família, indiciava que fosse acontecer alguma coisa.

PERGUNTA: Não eram utilizadas formas para impedir a fuga de informações?

RESPOSTA: Um aspecto importante da vertente de informações é a contra-informação. Na operação nó górdio, por exemplo, sabíamos que a Frelimo conhecia-se muitos dos movimentos que as nossas tropas iam fazer, o que imediatamente levou a contra-medidas do lado de lá, mas estas nem sempre foram produtivas.



Contra-informação é importante.

Posso vos contar que a dada altura os serviços de centralização de Informações publicaram um livro. E o livro chegou, através do Comando geral de segurança, e assim que olhei para o livro, fui de imediato ter com o Brigadeiro. Pois esse livro dizia à FRELIMO tudo aquilo que nós tínhamos no Sistema de Informações. Os livros tiveram de ser todos destruídos.

Eu estava numa companhia e tínhamos de fazer as escoltas ao batalhão. De manhã é que atribuíamos aos militares quem fazia a escolta. Fui interrogado se não confiava nos meus subordinados, a quem prontamente respondi que confiava totalmente, mas expliquei que se eu dissesse que iriam efetuar escolta, certamente iriam começa a efetuar preparativos que iriam alertar sobre a existência de escoltas e irão chamar a atenção.